

#### **4.ª Reunião da Comissão Regional de Coordenação do Combate à Desertificação do Alentejo – 21 de Setembro de 2010 (10h 30m às 17h)**

Sede da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola

##### **Ordem de trabalho**

1. Apresentação pela ADPM do PROVERE (Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) – Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo – uma estratégia para as áreas rurais de baixa densidade do sul de Portugal.
2. Apresentação pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAlt) do Programa para a Rede Rural Nacional.
3. Início do trabalho de articulação das propostas das diversas entidades para o Programa de Acção Regional de Combate à Desertificação do Alentejo.
4. Outros assuntos.

##### **MANHÃ**

O Director Regional de Florestas do Alentejo, Eng.º Carlos Ramalho, deu as boas vindas, agradeceu a presença dos participantes e a disponibilidade da ADPM em acolher a reunião.

Por proposta do Ponto Focal Nacional Adjunto, Dr. Lúcio do Rosário, e com a concordância dos presentes, procedeu-se à alteração da ordem de trabalho, passando-se a abordar em primeiro lugar o ponto 4 – outros assuntos.

##### **Outros assuntos**

O Eng.º Carlos Ramalho manifestou preocupação pela ausência continuada do ICNB nos trabalhos da CRCCDAIt.

O Dr. Lúcio do Rosário apresentou uma proposta de programa para o seminário sobre desertificação e biodiversidade assinalando o dia do Parque Natural do Vale do Guadiana, a realizar em Castro Verde e Mértola, nos dias 17 e 18 de Novembro de 2010, e integrado na revisão do PANCD no tema geral “Casos de Sucesso no Combate à Desertificação em Portugal”.

Neste âmbito, o representante da Florasul, Eng.º Miguel Vieira, revelou disponibilidade, caso fosse considerado útil, para a apresentação de um projecto-piloto a decorrer no Perímetro Florestal de Mértola.

A Eng.<sup>a</sup> Marta Cortegano, da ADPM, manifestou agrado com o programa e disse estar a ADPM disponível para a apresentação do trabalho de demonstração que tem desenvolvido, eventualmente com visita à propriedade onde tal tem decorrido.

A aprovação do programa, que poderá ainda ser sujeito a acertos, foi consensual, tendo-se decidido que o seminário em causa se deverá concentrar nas questões da biodiversidade e relação com a desertificação, e que as duas propostas, atrás referidas, ficariam como reserva para o caso de haver necessidade, seguramente, para outros eventos que se venham a perspectivar futuramente.

O Eng.<sup>o</sup> Lúcio do Rosário comunicou que, no dia 1 de Outubro de 2010, irá realizar-se no Instituto Superior Técnico, um *workshop* técnico de apresentação de resultados do projecto DesertWatch Extensão. Este projecto, no qual está envolvido um consórcio português e a ESA (agência Espacial Europeia), tem por objecto definir metodologias para estabelecer um sistema de indicadores de desertificação com base em dados de observação da Terra. Esta metodologia está a ser testada em 3 países, Moçambique, Brasil e Portugal, que pertencem a 3 regiões diferentes dos 5 Anexos de Implementação da CNUCD. É objectivo deste *workshop* a apresentação e discussão da metodologia desenvolvida e dos primeiros principais resultados para as 3 áreas em estudo.

Sobre este assunto, o Eng.<sup>o</sup> Lúcio do Rosário referiu que se prevê, até ao final do ano, a realização de um seminário específico sobre o índice de degradação do solo sobre o qual irá distribuir documentação.

Face ao trabalho desenvolvido, a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) das Nações Unidas pediu para Portugal integrar o grupo de trabalho de elaboração do Atlas da Desertificação.

Informou ainda que o Brasil tomou a iniciativa de propor o desenvolvimento de ferramentas para um sistema de informação de desertificação para os países da CPLP.

A fechar o ponto da agenda relativo a outros assuntos, o Eng.<sup>o</sup> Carlos Ramalho participou aos presentes o falecimento do Dr. Arménio Lança, da Federação Alentejana de Caçadores, que tinha vindo a colaborar com dedicação e empenho nos trabalhos desta comissão, e expressou o pesar pelo triste acontecimento.

### **Apresentação pela ADPM do PROVERE**

A Eng.<sup>a</sup> Marta Cortegano procedeu à apresentação (em anexo) do PROVERE – Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos – Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo – uma estratégia para as áreas rurais de baixa densidade do sul de Portugal, promovido em parceria por diversas entidades públicas e privadas, liderado pela Câmara Municipal de Almodôvar e dinamizado pela ADPM. Este projecto tem como foco temático a valorização de recursos florestais não lenhosos, tais como plantas aromáticas e medicinais, cogumelos, medronho, alfarroba, mel, caça, frutos e outros recursos silvestres e o promoção do papel que o seu aproveitamento e a estratégia promoção e de comercialização podem desempenhar, para o complemento do rendimento das explorações florestais, diversificando os seus produtos e permitindo acomodar eventuais cenários de alterações de contexto. Foi referida a importância do trabalho em rede e da aposta na constituição do Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Mediterrânicos

(CEVRM) para a dinamização do meio rural, investigação aplicada, transferência de conhecimentos e tecnologia entre a comunidade científica e os produtores e empreendedorismo. Foram salientadas as virtualidades da estratégia empreendida e a utilidade desta na viabilização socio-económica das áreas rurais menos competitivas e no desenvolvimento local das suas populações e apontados lições, constrangimentos e bloqueios (dificuldade de articulação entre regiões em função de limites administrativos; dificuldade de articulação entre Programa Provere e Programas Operacionais; cepticismo quanto ao futuro do processo – iniciativa Provere). Finalizou, solicitando o apoio da CRCCDAIt e da DRAPAIt para desbloquear alguns dos constrangimentos e bloqueios.

O Eng.º Carlos Ramalho referiu que, forçosamente, as instituições públicas devem fazer o seu papel e cumprir os compromissos a que estão vinculadas.

O Eng.º Lúcio do Rosário deu os parabéns à ADPM pelos sucessos no âmbito da sua actividade e designadamente pela importância do caso apresentado. Propôs que este PROVERE fosse apresentado, no âmbito nacional da CNCPANCD e no âmbito internacional, como um caso paradigmático de intervenção de combate à desertificação. A proposta foi aprovada.

A Eng.ª Marta Cortegano realçou que no PROVERE em apreço, liderado pela CM de Almodôvar, estão empenhados muitos produtores e uma vasta equipa dinamizada pela ADPM.

O Eng.º José da Veiga referiu que a DRAPAIt tinha, para os devidos efeitos, identificado os projectos com candidatura apresentada ao PRODER inerentes ao PROVERE em apreço.

## TARDE

### **Apresentação pela DRAPAIt do Programa da Rede Rural Nacional (RRN)**

O Eng.º José da Veiga fez a apresentação do Programa da Rede Rural Nacional (em anexo), referindo que esta é uma organização informal envolvendo entidades implicadas no desenvolvimento rural, funcionando através da participação dos seus membros em operações apoiadas pelo Programa RRN, recorrendo à partilha e divulgação de informação. Abordou e desenvolveu diversos aspectos, designadamente a estrutura, composição da RRN e as suas áreas de intervenção, que são: Capitalização da Experiência e do Conhecimento; Facilitação da Cooperação; Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural; e, Facilitação do Acesso à Informação. Mencionou que tinha decorrido já uma primeira chamada para apresentação de candidaturas e que se previa, para breve outro concurso. Destacou as vantagens de, na preparação de uma eventual candidatura ou de eventuais candidaturas, se promover a formação de parcerias não muito grandes, dadas as dificuldades de gestão e coordenação, nomeadamente burocrática, que aumentam com o número de associados parceiros. Aconselhou que houvesse algum equilíbrio, constituindo parcerias apenas com os parceiros essenciais, responsáveis pela acções, com necessidades de orçamento para o efeito, podendo outros interessados colaborar ainda que sem implicações no orçamento da candidatura.

Referiu que era importante enquadrar as acções planeadas no programa regional que possam recorrer ao PRODER. Vai propor que o combate à desertificação seja sempre um tema a considerar.

O Dr. Lúcio do Rosário reconheceu o papel dinâmico do ponto focal do Alentejo da Rede Rural Nacional. Disse estar a pensar numa articulação para preparação de três candidaturas, duas nacionais – operacionalização do observatório de desertificação e programa de seminários previsto pela comissão nacional – e uma regional (ou uma por cada região) – promoção e divulgação de casos de sucesso, extensão, divulgação e intervenções de campo (candidatura de organização regional).

Acerca deste tema da Rede Rural Nacional, o Eng.<sup>o</sup> Lúcio do Rosário anunciou a previsão de:

- Realização de reunião técnica de articulação de propostas até 15 de Outubro.
- Realização, no âmbito dos casos de sucesso, de um seminário em Idanha-a-Nova – abandono rural e despovoamento e redes rurais (contactos com a Rede Rural de Espanha)
- Incorporação de ADL e GAL nas comissões regionais.
- Programa do seminário OTALEX que de 4 e 5 de Novembro, passa para 3.<sup>a</sup> ou 4.<sup>a</sup> semana de Janeiro de 2011.
- Realização da cimeira luso-espanhola em princípios a meados de Dezembro.
- Realização de reunião em Outubro e de seminário - problemática do mundo rural virado para as academias com a Associação de Economistas.
- Realização de evento com Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional – Elvas.
- Elaboração de candidaturas e de processos regionais – integrando ADL e GAL.

O Eng.<sup>o</sup> Soveral da CAP questionou como podia a RRN dinamizar os processos de desenvolvimento económico e como os vai apoiar.

O Dr. José da Veiga esclareceu qual o tipo de intervenções elegíveis, no âmbito da RRN, nomeadamente de identificação e divulgação de casos de sucessos, e a importância da interação entre os membros e do estabelecimento de redes de circulação de informação.

O Eng.<sup>o</sup> Carlos Ramalho reforçou a ideia da RRN como rede de circulação de informação e experiência entre os seus membros e não de atribuição directa de apoio ao desenvolvimento. Defendeu, também, que uma candidatura no âmbito da CRCCD não deveria limitar o número de parceiros por questões de dificuldades burocráticas na gestão de projectos com muitas entidades mas antes deveria atender à importância e ao papel da participação de cada um, não devendo ficar excluída nenhuma entidade relevante e havendo sempre a possibilidade de apresentação de diversas candidaturas mais pequenas em vez de uma única muito pesada.

### **Programa de Acção Regional de Combate à Desertificação do Alentejo**

O relator, José Luís Faustino, da DRFAIt, apresentou a proposta de programa de acção regional de combate à desertificação do Alentejo que foi enviada antes da reunião e disponível no site da AFN em PANCD, proposta que resultou da integração dos contributos

de diversas entidades (DRFAlt, DRAPAlt, CCDRAIt, ARHAAlentejo; LPN, TD, ADPM, ADCM, FAC e CIMAC; não foram integrados os contributos da UE e da ANEFA por terem sido recebidos, na altura, sem estar configurados nos moldes da matriz disponibilizada pela comissão nacional). Referiu que o processo estava em aberto e que as entidades poderiam ainda fazer chegar as suas propostas, mas que, agora, estabilizados os objectivos estratégicos e alguns dos específicos, é, sobretudo, necessário proceder a um esforço de articulação, harmonização, compatibilização, concretização e até de simplificação para dar corpo, coerência e consistência à proposta de programa de acção regional, em especial no relativo às linhas de acção e acções concretas que os vários parceiros entendam poder vir a promover bem como identificar as entidades responsáveis e os parceiros envolvidos.

O Eng.<sup>o</sup> Lúcio do Rosário destacou que seria bom a CRCCDAIt poder apresentar na reunião da Comissão nacional (a realizar partir de meados de Outubro) o ponto de situação da elaboração de uma proposta preliminar de PARCD do Alentejo. Acrescentou que entendia que muita coisa já estava consubstanciada na proposta em apreço, já disponibilizada no site da AFN, e que haveria que ter cuidado na “limpeza” (simplificação) a efectuar para não a descaracterizar. Pediu, também para serem disponibilizadas as agendas e folhas de presenças das reuniões já efectuadas.

O Eng.<sup>o</sup> Carlos Ramalho manifestou a vontade que o futuro programa de acção a estabelecer pela CRCCDAIt se traduza em medidas concretas no território, em prol do combate à desertificação, tanto nas suas manifestações físicas e biológicas como nas evidências sociais e económicas, e que o mesmo possa vir a vincular os políticos e as políticas para os próximos 10 anos.

A Dr.<sup>a</sup> Lília Fidalgo, da CCDRAIt, alertou que a definição de uma entidade responsável por linha de acção ou acção é por vezes difícil quando várias entidades propõem acções inseridas dentro do mesmo objectivo mas independentes umas das outras.

A professora Ana Cristina Gonçalves, da UE, considerou que se deviam propor entidades responsáveis para as várias acções.

O relator defendeu que cada uma das entidades se responsabilizasse pelas acções de que fosse promotora e que dentro de cada objectivo específico e das respectivas linhas de acção e acções as entidades se articulassem com vista à sua harmonização, programação e definição de promotores responsáveis e parceiros envolvidos.

O representante da Terras Dentro adiantou que se comprometia a realizar as acções que propôs, mas sentia necessidade de saber quem vai ser em termos de planeamento e coordenação o “pivot” do processo, qual a orgânica e a estrutura funcional neste processo e defendeu a necessidade de calendarizar e estabelecer prioridades.

A Dr.<sup>a</sup> Clara Lourenço, da ADC Mora, referiu, também, a necessidade de organização, planeamento e de operacionalização do programa e de estabelecer o respectivo sistema de revisão.

A Eng.<sup>a</sup> Marta Cortegano referiu que o quadro em apreço reunia um conjunto, embora extenso, de boas propostas, com diferentes níveis de desenvolvimento, que seria útil tentar resumir num A4.

O Eng. Carlos Ramalho considerou que a DRFAIt, ponto focal regional do combate à desertificação, assumia a dinamização do processo de articulação e harmonização das propostas já formuladas, devendo, para o efeito, as diversas entidades enviar os seus contributos à DRFAIt. As várias entidades, nomeadamente as ADL e ONG, ficaram de procurar articular e condensar as suas propostas que se inserem no mesmo objectivo e com teores semelhantes.

Os presentes acordaram que, até 1 de Outubro de 2010, as diversas entidades deveriam enviar para a DRFAIt ([jose Luisfaustino@afn.min-agricultura.pt](mailto:jose Luisfaustino@afn.min-agricultura.pt)) as suas eventuais novas propostas e a reformulação das já avançadas.

### **Conclusão**

Foi agendada a próxima reunião da CRCCDAIt para Quarta-feira, dia 13 de Outubro de 2010, pelas 14h para discussão da proposta preliminar do programa de acção, cujo ponto de situação se deverá dar a conhecer na próxima reunião da Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação.